



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

Registro: 2020.0000683863

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1028904-89.2019.8.26.0602, da Comarca de Sorocaba, em que são apelantes/apelados MARIA DO CARMO LOPES MATOS (JUSTIÇA GRATUITA) e DEISE DE MATOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante AUTO VIAÇÃO ABC LTDA..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento aos recursos, com observação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANTONIO RIGOLIN (Presidente), ADILSON DE ARAUJO E CARLOS NUNES.

São Paulo, 26 de agosto de 2020.

ANTONIO RIGOLIN
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1028904-89.2019.8.26.0602

Comarca: SOROCABA – 2ª Vara Cível

Juiz: Alessandra Lopes Santana de Mello

Aptes/Apdos: Maria do Carmo Lopes Matos e Deise de Matos Santos

Apelado/Apelante: Auto Viação Abc Ltda.

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. MORTE DA VÍTIMA, FILHA E IRMÃ DAS AUTORAS. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO INEQUÍVOCA. INDENIZAÇÃO DEVIDA E ADEQUADAMENTE FIXADA. ELEVAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL. RECURSOS IMPROVIDOS, COM OBSERVAÇÃO. 1. A perda da filha e irmã, em condições trágicas caracteriza a ocorrência de dano moral, tornando dispensável a demonstração de sua ocorrência. Levando-se em conta a circunstância de se tratar de um episódio que envolve a morte de um ente querido, razoável se apresenta o montante fixado, mostrando-se adequado à atender o objetivo da reparação. Daí não haver amparo para atender ao reclamo de redução ou ampliação da verba. 2. Diante desse resultado, por incidência do artigo 85, § 11, do CPC, impõe-se elevar o montante da verba honorária sucumbencial a 12% do valor atualizado da condenação.

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE VEÍCULO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. JULGAMENTO DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. JUROS DE MORA INCIDENTES A PARTIR DO EVENTO. RECURSO DA RÉ IMPROVIDO. Tratando-se de obrigação de reparar os danos decorrentes de ilícito extracontratual, os juros de mora sobre o montante indenizatório devem ser computados a partir do evento (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça). Havendo norma específica, afastada fica a incidência do artigo 405 do Código Civil e do artigo 240 do CPC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

Visto.

1. Trata-se de ação de indenização por acidente de veículo proposta por MARIA DO CARMO LOPES MATOS e DEISE DE MATOS SANTOS em face de AUTO VIAÇÃO ABC LTDA.

A r. sentença, cujo relatório se adota, julgou parcialmente procedente o pedido para, assim, condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, na quantia de R\$ 80.000,00 para a autora Maria do Carmo Lopes Matos e de R\$ 40.000,00 para Deise de Matos Santos, totalizando o montante de R\$ 120.000,00, a ser corrigido com base nos índices da tabela prática do TJSP desde a data da prolação e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do acidente (12 de agosto de 2015); afora as despesas processuais e os honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor atualizado da condenação, *nos termos da Súmula 326 do STJ*.

Inconformadas, apelam as partes.

De um lado, as autoras, pugnando pela elevação do valor fixado a título de indenização, nos termos do pedido inicial.

De outro, a ré, pleiteando a redução, sob a alegação, em síntese, de que *“a vítima Marinilze há muito era casada e morava em outra cidade, São Bernardo do Campo, enquanto a mãe e a irmã*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

*moravam em Sorocaba. Houve ação indenizatória, proposta pelos dois filhos e dois netos da vítima que, julgada procedente, condenou a apelante em significativa monta, totalizando R\$ 200.000,00. Tratou-se da Reclamação Trabalhista nº 1002061-36.2016.5.02.0465, que tramitou pela D. 5ª Vara do Trabalho da Comarca de São Bernardo do Campo, em que fora estabelecida indenização de R\$ 50.000,00 para cada filho e neto da vítima". Esclareceu que a vítima era funcionária da mesma empresa proprietária do ônibus escolar que a atropelou, e que o fato ocorreu após o encerramento de seu turno de trabalho, momento em que retornava para a sua residência, assinalando que *após intenso debate*, concluiu-se que se tratou de acidente de trabalho *porque o evento ocorreu no retorno da obreira para a residência (assim in itinere)*, tendo a ação assim transitado em julgado, estando em fase atual de apresentação de cálculos. É incabível, portanto que as autoras (mãe e irmã da vítima) recebam indenizações em valores superiores aos fixados em favor dos filhos. Além disso, a presente ação foi proposta somente quatro anos após a ocorrência do acidente; decurso do tempo que cessa ou, ao menos, diminui significativamente, o sofrimento resultante do evento. Por fim, aponta que os juros de mora deverão incidir a contar da data da citação, na medida em que *"ante o teor da própria sentença trabalhista que reconheceu que o caso tratou de um acidente do trabalho, não se falar em responsabilidade extracontratual, mas sim responsabilidade contratual, posto que havia liame jurídico que ligava a vítima à Apelada, representada, justamente, por um contrato de trabalho, rompido por força do acidente"* (sic).*

Recursos tempestivos, bem processados e oportunamente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

respondidos. Houve regular preparo por parte da ré, sendo as autoras isentas.

É o relatório.

2. Segundo a narrativa da petição inicial, no dia 12 de agosto de 2015, por volta das 7h51m, Marinilze Lopes de Matos Nobrega, filha e irmã das autoras, foi vítima fatal de atropelamento, provocado pelo condutor do ônibus Mercedes Benz/ M Polo, placa CPI 6691, de propriedade da empresa demandada, que trafegava pela Estrada Galvão Bueno, em São Bernardo do Campo/SP e, ao ingressar de forma imprudente e em velocidade incompatível na Rua Fernando Pessoa, via sinuosa, estreita e com sinalização de parada obrigatória, atingiu Marinilze que atravessava a rua na faixa de pedestres. Daí o pleito de indenização por danos morais experimentados.

A demandada, em sua defesa, não negou a ocorrência do evento, mas arguiu prescrição e pugnou pela redução do montante fixado a título de indenização, porque excessiva.

A sentença reconheceu a culpa da demandada pela ocorrência do acidente, atribuindo-lhe a reponsabilidade pela reparação por danos de ordem moral, porém, em alcance inferior ao pretendido, julgando, assim, parcialmente procedente o pedido.

Os recursos enfocam, tão somente aspectos relacionados ao direito e alcance dos danos morais e à disciplina adotada para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

incidência dos juros de mora, de modo que não há qualquer discussão a respeito da culpa. Assim, já se tem por definida a responsabilidade da demandada pela respectiva reparação.

No que concerne ao dano moral, pode-se observar que a constatação da sua ocorrência não depende de prova, pois não é preciso muito esforço para reconhecer a situação de profundo sofrimento experimentado pelas autoras em razão da perda da filha e irmã de forma trágica. A identificação do dano moral apresenta-se *in re ipsa*. Nesse sentido, a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE NO TRABALHO. INDENIZAÇÃO. A morte do marido e pai dos autores causa dor que deve ser indenizada, não se exigindo para isso a prova do sofrimento, o que decorre da experiência comum e somente pode ser afastada se houver prova em sentido contrário, o que não ocorre.”¹

“RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR MORTE. LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO. NÚCLEO FAMILIAR. DANO MORAL CABÍVEL. Os danos morais causados ao núcleo familiar da vítima dispensam provas. São presumíveis os prejuízos sofridos com a morte do parente.”²

“Como assentado em precedente da Corte, não há falar em prova do dano moral, mas, sim, na prova do fato que gerou a dor, o sofrimento, sentimentos íntimos que o ensejam. Provado

1 - REsp 220084 / SP – Rel. Min. RUY ROSADO DE AGUIAR – 4ª Turma – J. 16.11.99

2 - REsp 437316 / MG – Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS – 3ª Turma – J. 19.4.2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

assim o fato, impõe-se a condenação, sob pena de violação ao art. 334 do Código de Processo Civil.”³

Na respectiva fixação, recomenda a doutrina que o juiz atente para as condições das partes, de modo a possibilitar, de forma equilibrada, uma compensação razoável pelo sofrimento havido e, ao mesmo tempo, traduzir uma sanção ao ofensor, tendo em vista especialmente o grau de culpa, de modo a influenciá-lo a não mais repetir o comportamento. Observa Carlos Roberto Gonçalves que *“em geral, mede-se a indenização pela extensão do dano e não pelo grau da culpa. No caso do dano moral, entretanto, o grau da culpa também é levado em consideração, justamente com a gravidade, extensão e repercussão da ofensa, bem como a intensidade do sofrimento acarretado à vítima”⁴.*

E por outro lado, segundo a lição de Carlos Alberto Bittar, *“a indenização por danos morais deve traduzir-se em montante que represente advertência ao lesante e à sociedade de que se não se aceita o comportamento assumido, ou o evento lesivo advindo. Consubstancia-se, portanto, em importância compatível com o vulto dos interesses em conflito, refletindo-se, de modo expressivo, no patrimônio do lesante, a fim de que sinta, efetivamente, a resposta da ordem jurídica aos efeitos do resultado lesivo produzido. Deve, pois, ser quantia economicamente significativa, em razão das potencialidades do patrimônio do lesante”⁵.*

Assim, considerando as circunstâncias do caso, não há

3 - REsp 145297 / SP – Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO – 3ª Turma – J. 15.10.98

4 - “Responsabilidade civil”, nº 94.5, pág. 414, 6ª ed., Saraiva.

5 - “Reparação civil por danos morais”, pág. 220, 2ª ed., RT.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

como deixar de reconhecer que os valores fixados a título de reparação pelos danos morais para cada uma das autoras (totalizando o montante de R\$ 120.000,00), guarda plena razoabilidade e se mostra perfeitamente adequado a atender ao objetivo da reparação, que é, essencialmente, compensar os dissabores experimentados pelos ofendidos e, ao mesmo tempo, servir de punição à conduta do ofensor, para evitar a reiteração. Daí não haver amparo para atender ao reclamo das partes, de ampliação ou redução, diante da razoabilidade adotada.

A propósito das alegações feitas no apelo, deve-se mencionar que a matéria é apreciada segundo o enfoque apresentado na petição inicial, que narrou a ocorrência de um acidente de trânsito, o que definiu a competência para julgamento neste âmbito. O exame é feito neste contexto e com base no convencimento da Turma Julgadora, de modo que não se vincula a qualquer outro julgamento. E o decurso do tempo, de forma alguma, pode influenciar na fixação do valor da indenização, cujo arbitramento considera as repercussões do fato na esfera jurídica das autoras.

Quanto ao mais, impõe-se reconhecer que, em virtude do que dispõe o artigo 398 do Código Civil, o termo inicial para a incidência dos juros de mora é exatamente a data do fato. Não encontra sentido a referência à data da citação, ou qualquer outra, pois a existência de norma especial afasta a aplicação da regra geral do artigo 240 do CPC.

Nesse sentido, o teor da Súmula 54 do C. Superior Tribunal de Justiça:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
31ª Câmara

“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.”

Enfim, não comportam acolhimento os inconformismos, devendo prevalecer a solução adotada pela sentença.

Diante desse resultado, e por incidência do artigo 85, § 11, do CPC, impõe-se elevar o montante da verba honorária sucumbencial a 12% sobre o valor atualizado da condenação.

3. Ante o exposto, com essa observação, nego provimento aos recursos.

ANTONIO RIGOLIN
Relator